

AS RELAÇÕES ENTRE EQUADOR E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DURANTE OS GOVERNOS DE RAFAEL CORREA (2007-2017): TENSÕES ENTRE A VONTADE POLÍTICA E A REALIDADE MATERIAL

RELATIONS BETWEEN ECUADOR AND THE UNITED STATES OF AMERICA DURING THE RAFAEL CORREA GOVERNMENTS (2007-2017): TENSIONS BETWEEN POLITICAL DESIRE AND MATERIAL REALITY

Clarissa Dias Nascimento¹

Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal – Brasil

Tiago Soares Nogara²

Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal – Brasil

Resumo: Ao longo da presidência de Rafael Correa (2007-2017) na República do Equador, diversos debates versaram sobre o caráter e o sentido de suas políticas, tanto no âmbito interno quanto no da política exterior. O artigo a seguir visa analisar as relações bilaterais equatorianas com os Estados Unidos da América (EUA) durante os governos correístas. A hipótese do artigo é de que, assim como na sua política interna, a política externa da Revolução Cidadã apresentou ambivalências e contradições decorrentes das discrepâncias entre a vontade política do grupo governante e as bases materiais da afirmação de seu projeto na sociedade equatoriana, sendo as dificuldades de concretização da estratégia de afastamento político-estratégico dos EUA um dos seus mais claros exemplos. Assim, serão analisados, sequencialmente, o processo de ascensão e consolidação do *correísmo*, as orientações gerais da política externa do governo e a forma como essas questões interagiram com o caráter das relações bilaterais com os EUA.

Palavras-Chave: Equador. Estados Unidos da América. Rafael Correa.

Abstract: During Rafael Correa's presidency (2007-2017) in the Republic of Ecuador, occurred several debates focused on the character and meaning of his domestic and foreign policies. The following article aims to analyse Ecuador's bilateral relations with the United States of America (U.S.) during Correa's governments. The article hypothesises that, as in its internal politics, the foreign policy of the Citizen Revolution presented ambivalences and contradictions resulting from the discrepancies between the political desire of the governing group and the material bases of the affirmation of his project in Ecuadorian society, with the difficulties of concretising the strategy of political-strategic distance from the U.S., being one of the clearest examples. Thus, the process of the rise and consolidation of Correa, the general orientations of the government's foreign policy, and the way these issues have interacted with the character of bilateral relations with the U.S. will be analysed in sequence.

Kew-words: Ecuador. United States of America. Rafael Correa.

¹ clarissadn@gmail.com

² tiagosnogara@gmail.com

Recebido: 08/05/2020

Aprovado: 28/06/2020

Introdução

No ano de 2006, o economista Rafael Correa venceu as eleições presidenciais equatorianas, inaugurando o ciclo conhecido como Revolução Cidadã. Essa inflexão política envolveu inúmeras mudanças de caráter social e econômico, além de modificar a estratégia de inserção internacional do país, que paulatinamente se alinhou aos países que regionalmente advogavam a sustentação do que ficou conhecido como “Socialismo do Século XXI”. Correa, ao governar por dez anos, suscitou diversas opiniões conflitantes acerca de suas ações e decisões. Taxado pelas forças políticas tradicionais de corrupto e populista, também enfrentou resistências de setores esquerdistas e de movimentos sociais, que o acusavam de direitismo e autoritarismo, ao tempo em que logrou período de consistente crescimento econômico e de consolidação política e eleitoral de seu partido, o Alianza PAÍS. Hoje exilado e condenado a 8 anos de prisão, Correa ainda possui lastros de apoio na população equatoriana, uma vez que as vidas de muitos de seus cidadãos foram impactadas positivamente por sua gestão.

Em termos de política externa, o Equador da Revolução Cidadã insistiu na recorrente afirmação da soberania nacional do país, buscando reverter o histórico de alinhamento aos Estados Unidos da América, estimular as relações Sul-Sul e diversificar as parcerias comerciais. Se por um lado logrou canalizar esforços para hostilizar discursivamente e contrapor política e ideologicamente as orientações da diplomacia estadunidense, por outro foi incapaz de mitigar a relevância econômica estadunidense para o país, já que esta continuou majoritária nas estatísticas. Nesse contexto, cabe analisar as discrepâncias entre a vontade política de Correa e a base material da inserção internacional equatoriana, que se contrapuseram frequentemente.

A hipótese do artigo é de que, assim como na sua política interna, a política externa da Revolução Cidadã apresentou ambivalências e contradições decorrentes das discrepâncias entre a vontade política do grupo governante e as bases materiais da afirmação de seu projeto na sociedade equatoriana, sendo as dificuldades de concretização da estratégia de afastamento político-estratégico dos EUA um dos seus mais claros exemplos. Assim, seguindo diretrizes expostas por Visentini (2013), a análise das alterações na política externa do Equador durante o governo de Correa se pautará, fundamentalmente, pela verificação da “orientação política daqueles que as formularam”, e pela “apreciação da forma como estas se articularam com a política interna” do país.

Da mesma forma, partiremos do princípio de que a validade de teorias no âmbito geral das ciências sociais há de ser remetida à evolução histórica dos fenômenos sociais que pretende explicar (FERNANDES, 2000), e por essa razão será recapitulado o processo de ascensão e consolidação da Revolução Cidadã no Equador.

Valendo-se dos aportes de Bandeira (2010), afirmamos que o sentido das relações internacionais, e conseqüentemente da política exterior de um país, tende, em última instância, a ser subordinado aos interesses concretos gerados e modelados pelas necessidades do processo produtivo, que o Estado nacionalmente articula, organiza e representa. Dentro desta concepção, ainda que admitindo a possibilidade das relações internacionais e das políticas exteriores adquirirem certa autonomia na dimensão ideológica, compreendemos que os interesses concretos terminam prevalecendo, como condição de segurança, defesa ou expansão do Estado nacional, responsável pela satisfação destes interesses, pouco importando sua forma de soberania ou forma de governo (BANDEIRA, 2010). Cabe destacar que isso não enseja uma perspectiva realista das relações internacionais e da análise de política externa, na medida em que concebemos as orientações assumidas por determinado governo como resultado da dialética relação entre seu conteúdo político-social, ditado pelas contradições internas da sociedade em que está inserido, e as orientações táticas e estratégicas necessárias à sustentação dos vínculos político-institucionais que o mantém à frente do Estado.

Conseqüentemente, o trabalho se dividirá em três etapas. Primeiramente, será esboçado um breve histórico das características político-institucionais da República do Equador que moldaram o processo de ascensão de Rafael Vicente Correa Delgado à presidência, resultando nos acontecimentos concernentes à Revolução Cidadã. Em seguida, com o intuito de adentrar o sentido geral da política externa correísta, serão analisadas as modificações operadas pelo governo na orientação estratégica da inserção internacional do país, com ênfase nas táticas de diversificação de parcerias e no discurso diplomático de caráter explicitamente antiestadunidense. Por fim, serão verificadas as discrepâncias entre a vontade política do bloco governante e os resultados da tentativa de efetivar um panorama de afastamento político-estratégico dos EUA.

1. A ambivalência da ascensão correísta

Desde a sua atuação como Ministro da Economia e Finanças – na gestão de Alfredo Palacio, em 2005 –, o economista Rafael Vicente Correa Delgado despertou a atenção e gerou controvérsias entre os posicionamentos dos mais distintos grupos políticos do Equador. Correa, com seu modo

eloquente de se expressar, imprimiu sentimentos diversos no povo equatoriano, uma vez que angariou, por considerável período, efusivo apoio político e eleitoral de importante fatia da população mais carente do país, ao tempo em que colecionou descontentamentos entre setores preponderantes das elites tradicionais equatorianas, embates com os grandes meios de comunicação e uma relação oscilante com grupos indigenistas, movimentos sociais e intelectuais de esquerda.

A República do Equador, como a maioria dos países da América Latina, convive com assimetrias como as imensas desigualdades econômicas de suas estruturas sociais, motivadas por diversos fatores, em grande parte decorrentes da baixa diversificação produtiva e da incipiente industrialização do país, bem como das dificuldades para implementar projetos nacionais de desenvolvimento com perspectivas de médio e longo prazo (BARREIRO, 2002). Historicamente, o país conviveu com o antagonismo entre os interesses políticos da Serra, representados pelo conservadorismo de latifundiários com especial representação em Quito, e da Costa, a partir da qual a cidade portuária de Guayaquil concentrou os setores econômicos mais dinâmicos e as principais instituições financeiras do país (CUEVA & PRADO, 2016).

Assim, recorrentemente a população ficou à mercê das decisões provenientes desses centros, sem necessariamente ver prosperar os interesses de setores sociais mais amplos. Nessa longa trajetória, o Equador viu ascender a poderosa liderança populista de Velasco Ibarra, contemporâneo de Vargas e Perón, e conviveu com a consolidação de uma breve ditadura militar na década de 1970 (CUEVA & PRADO, 2016). Durante esse período, o país sustentou sua economia com base na exportação de produtos primários – especialmente o cacau, a banana e, mais ao fim do século XX, o petróleo. Conseqüentemente, a baixa diversificação afirmou a ampla importação de bens de capital e produtos industrializados advindos do exterior, especialmente dos EUA.

Entre 1997 e 2005 ocorreram três deposições presidenciais, num contexto de crescente descontentamento social com as elites políticas e de sucessivas implementações de políticas de privatizações de empresas estatais, cortes orçamentários para as áreas de educação e saúde e de dolarização da economia. Ao se candidatar para a Presidência da República em 2006, Correa reforçou em seu discurso a necessidade de superação do histórico segregacionista equatoriano, prometendo a promoção de reformas estruturais e políticas inclusivas e representativas, realizando assim uma “Revolução Cidadã” e se valendo da materialização do “Socialismo do Século XXI” para “empoderar os grupos sociais marginalizados da sociedade” (LUNA, 2014, p.6, tradução da autora).

Em 2008, o então presidente Rafael Correa, convocou, como prometido ao longo da campanha eleitoral, uma Assembleia Constituinte a ser realizada na cidade de Montecristi. Essa, que seguia a tendência de mudanças constitucionais de outros países andinos alinhados às perspectivas bolivarianas, como a Bolívia de Evo Morales e a Venezuela de Hugo Chávez (SHIFTER & JOYCE, 2008), tinha como intuito potencializar demandas sociais históricas, como o reconhecimento da plurinacionalidade, o aumento da intervenção do Estado na economia, a realocação das bases da política externa equatoriana, dentre outras. Ademais, Correa também pretendia estabelecer o *Plan Nacional del Buen Vivir*, com os seguintes princípios orientadores:

Retorno do Estado ao seu papel redistributivo e orientador da economia, que define um igualitarismo republicano e uma mudança de modelo de acumulação, transitando do antigo e conhecido modelo primário-exportador para um modelo endógeno, biocentrado, baseado no aproveitamento dos serviços da biodiversidade, do conhecimento e do turismo (LALANDER & PERALTA, 2012, p. 181, tradução da autora).

Essa nova Constituição, a vigésima carta magna da história do país, foi aprovada em setembro de 2008, num referendo que contou com 63,9% dos votos a seu favor. Com 444 artigos, acarretou importantes alterações para as funções do Estado:

A carta dá conta da inclusão democrática do país na globalização, incorpora a pluralidade dos diferentes atores que conformaram o país, e reconhece, simultaneamente, as responsabilidades do estado em gerar desenvolvimento sustentável e os direitos da natureza. Em relação à divisão dos poderes, o texto estabelece outros dois, além do executivo, do legislativo e do judiciário: a função eleitoral, representada pelo conselho nacional eleitoral, e o tribunal contencioso eleitoral, e a função de transparência e controle social, representado pelo conselho de participação cidadã e de controle social (FIGUEROA, 2019, p. 7)

Críticos apontaram, entretanto, a potencialização de outras intenções políticas no processo constituinte, como o cerceamento da liberdade de expressão, a exploração desenfreada dos recursos naturais e a concentração de poder no Executivo.

A relação de Correa com os meios midiáticos sempre apresentou tensões bastante explícitas. O artigo 16 da Constituição de 2008 previa que “todas as pessoas, de forma individual ou coletiva, têm direito a uma comunicação livre, intercultural, inclusiva, diversa e participativa, em todos os âmbitos da interação social, por qualquer meio e forma, em sua própria língua e com seus próprios símbolos” (CONSTITUIÇÃO, 2008, p. 25, tradução da autora). Porém, já em 2009, o governo propôs a “Lei dos Meios de Comunicação”, aprovada somente em junho de 2013, prevendo a criação de um conselho organizado pelo Poder Executivo com a função de controlar os conteúdos da mídia (LEMOS, 2014, p. 597). Nessa esteira, diversos meios midiáticos, que já taxavam

sistematicamente Correa como autoritário e corrupto, passaram a convocar e patrocinar manifestações contrárias ao governo (FIGUEROA, 2019).

Setores indígenas da sociedade, cuja mais importante representação reside em organizações como a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), celebraram a chegada de Correa à presidência, uma vez que ambos possuíam um discurso aparentemente alinhado às concepções de esquerda. A CONAIE é um movimento político indígena do Equador constituído em 1896, no marco da adoção de políticas de privatização na América Latina, em oposição a esse processo. As principais nacionalidades que compõem o movimento são: shuar, achuar, siona, secoya, cofâne, huao, zápara, chachi, tsáchila, awa, épera, manta-huancavilca e quíchua. Segundo Nobile (2019, p. 1), a CONAIE “tem como reivindicações centrais a posse do solo e dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e o direito a manter a diversidade cultural das nações indígenas equatorianas, manifestando-se principalmente com marchas e bloqueios de estradas”.

A partir da eleição, entretanto, frente à busca do Aliança PAÍS por novos aliados, as diferenças programáticas entre o Governo e os setores indígenas foram aumentando, paulatinamente. A ênfase nas atividades extrativistas, a hostilidade do Executivo perante parte da agenda dos movimentos sociais, a política agrária implementada pelo governo e a própria concepção de Estado adotada pelo correísmo foram pontos cruciais para que a CONAIE deixasse de apoiar abertamente o presidente. Cabe lembrar que inicialmente Correa se comprometeu a promover uma ampla reforma agrária no Equador, indo ao encontro das históricas bandeiras de luta dos movimentos indigenista e camponês (LALANDER & PERALTA, 2012). Todavia, pouquíssimo se avançou na reforma agrária durante os dez anos de governo, uma vez que Correa concedeu prioridade às políticas de aumento da produção agrícola para exportação, fortalecendo os grandes centros produtores.

Ademais, o movimento indigenista sempre pleiteou maior representação política e eleitoral no cenário nacional. Desde sua criação, em 1986, a CONAIE já elaborava extensa agenda programática e incitava manifestações com o objetivo primordial de demonstrar que os povos indígenas deveriam ser ouvidos e respeitados em âmbito nacional (KLACHKO & ARKONADA, 2017). Com a ascensão de Correa, as lideranças indigenistas supuseram que seus esforços resultariam em maior capacidade de gestão operacional do Estado. Porém, Correa se demonstrou irredutível em negociar determinados pontos de sua agenda com os movimentos sociais, ampliando os impasses para a manutenção do apoio inicial ao presidente (LALANDER & PERALTA, 2012).

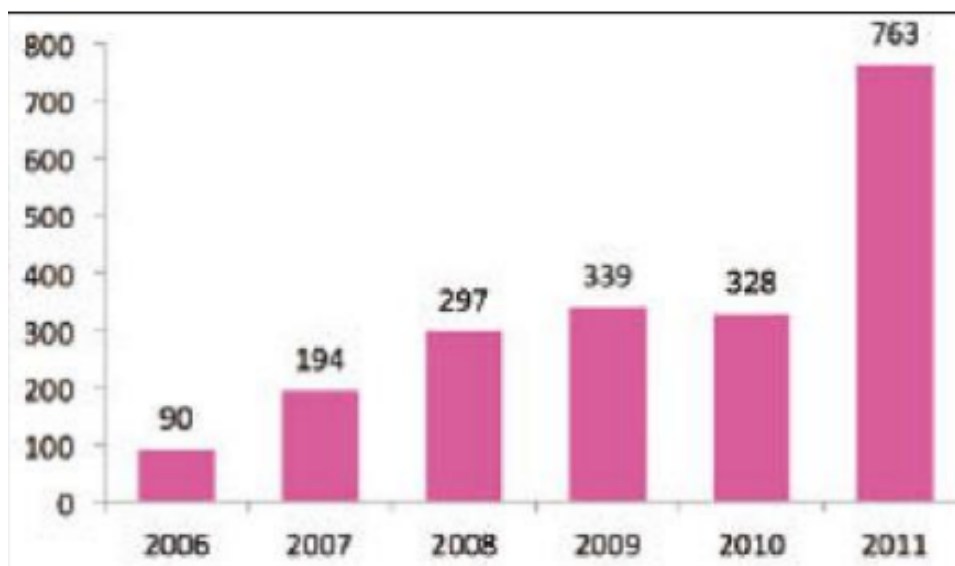
A relação do então presidente com os setores intelectuais e acadêmicos da sociedade também foram conturbadas. Rafael Correa, que atuou por considerável período de sua carreira como professor universitário, sempre enfatizou expressamente a defesa da autonomia universitária, conforme prevista no Artigo 355 da Constituição:

O Estado reconhecerá autonomia acadêmica, administrativa, financeira e orgânica às universidades e escolas politécnicas, de acordo com os objetivos do regime de desenvolvimento e os princípios estabelecidos na Constituição. É reconhecido às universidades e escolas politécnicas o direito à autonomia, exercida e compreendida de maneira solidária e responsável. Dita autonomia garante o exercício da liberdade acadêmica e o direito à busca da verdade, sem restrições: o governo e gestão de si próprias, em consonância com os princípios da alternância, transparência e dos direitos políticos; a produção de ciência, tecnologia, cultura e arte. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO EQUADOR, 2008, p. 164, tradução da autora)

As decisões do governo concernentes às universidades, contudo, assumiram interpretar essa autonomia enquanto submetida à agenda mais ampla de reforma do Estado, o que gerou a implementação de uma categorização e ranqueamento das universidades alheio às reivindicações de suas principais lideranças, resultando em iniciativas como a limitação da oferta acadêmica e a separação entre as atividades de docência e pesquisa (VILLAVICENCIO, 2013). Nessa esteira, ocorreram inúmeros conflitos entre o governo e a União Nacional de Estudantes (UNE), uma vez que a entidade estudantil se posicionou veementemente contrária às medidas governistas para o meio educacional, além de expressar antagonismo às tensões também correntes com sindicatos e movimentos sociais do país.

É fato que ocorreram diversas melhorias e conquistas sociais na gestão de Correa. A quantidade de pessoas na linha da pobreza caiu de 37,6%, em 2006, para 25,3%, em 2011, e o salário mínimo aumentou em mais de 130 dólares passados sete anos de governo (FIGUEROA, 2019, p. 8). Em 2015, a média salarial de um professor do ensino básico equatoriano era de US\$ 1.100, bem acima da média da maioria de países da região (FIGUEROA, 2019); o Índice de Gini, importante indicador para se observar a desigualdade social, diminuiu 0,07 (KLACHKO & ARKONADA, 2017); o investimento na área da saúde duplicou entre 2008 e 2011; e o desemprego caiu substancialmente, atingindo em 2015 a marca de 4% (FIGUEROA, 2019).

Gráfico 1: Investimento em educação e pesquisa (em milhões de dólares)



Fonte: Banco Central do Equador (VIANA, 2014)

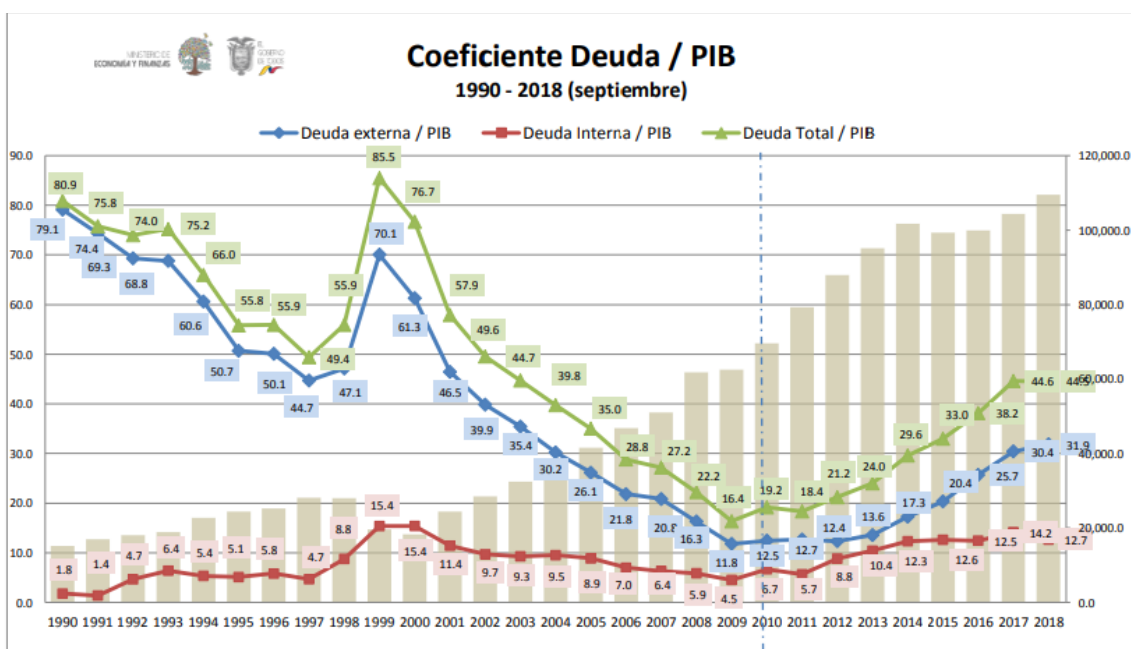
Com Correa, o Equador retomou a capacidade operacional do Estado e passou a valorizar mais as demandas sociais, ao tempo em que atendeu, também, as necessidades do país concernentes à dívida externa. Ainda assim, foi evidente a inversão de prioridades estabelecida por seus governos:

Em 2006, por cada dólar investido no setor social, se destinava 1,87 dólares para o pagamento da dívida. No ano de 2011 (apesar do sensível aumento com relação a 2009 e 2010), por cada dólar investido no setor social (saúde, educação, previdência social, bem-estar) a contrapartida para o pagamento da dívida foi de apenas 32,7 centavos de dólar (VIANA, 2013, p.351).

Ou seja, foram explícitas as diferenças entre o modelo adotado por Correa e as diretrizes até então correntes nas políticas governamentais do país:

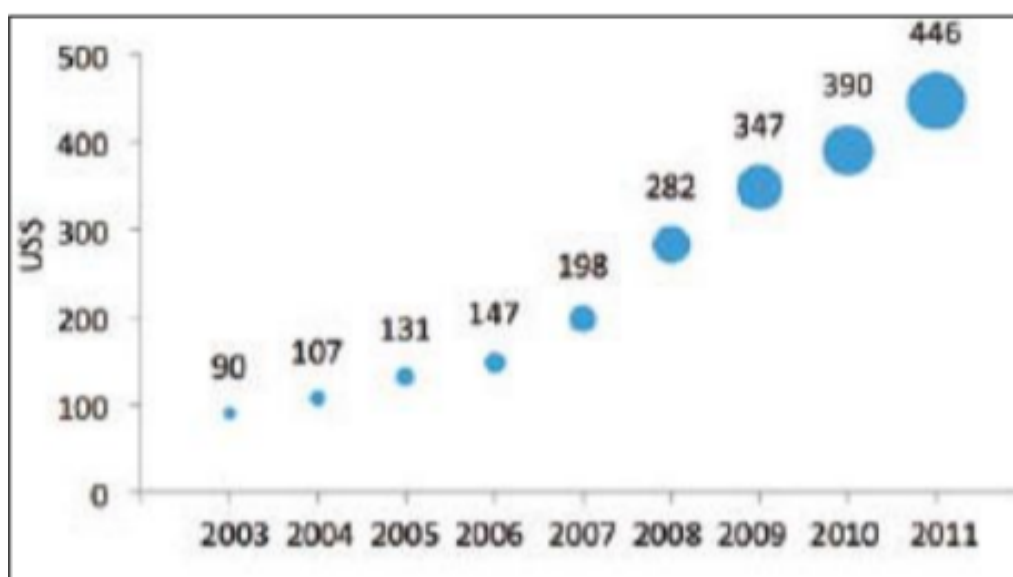
O modelo equatoriano seguiu na contramão do pregado pelo Consenso de Washington – corte das garantias e dos direitos sociais, entre outras medidas – mostrando-se competitivo e vantajoso. Os salários cresceram e o país se revelou um mercado atraente em razão dos grandes investimentos em estradas, portos e aeroportos, bem como pelos índices de segurança e confiabilidade da justiça. À diferença dos modelos neoliberais, em que a insegurança se converte em um problema estrutural articulado aos interesses privados que, em lugar de resolvê-lo, o aprofundam, no Equador o estado introduziu medidas radicais que levaram a uma profunda depuração do sistema de justiça, do sistema penitenciário e da polícia. (FIGUEROA, 2019, p. 7)

Gráfico 2: coeficiente dívida/PIB



Fonte: Boletins informativos do Banco Central e Boletins de dívida pública da Subsecretaría de Financiamiento Público (Equador (2018))

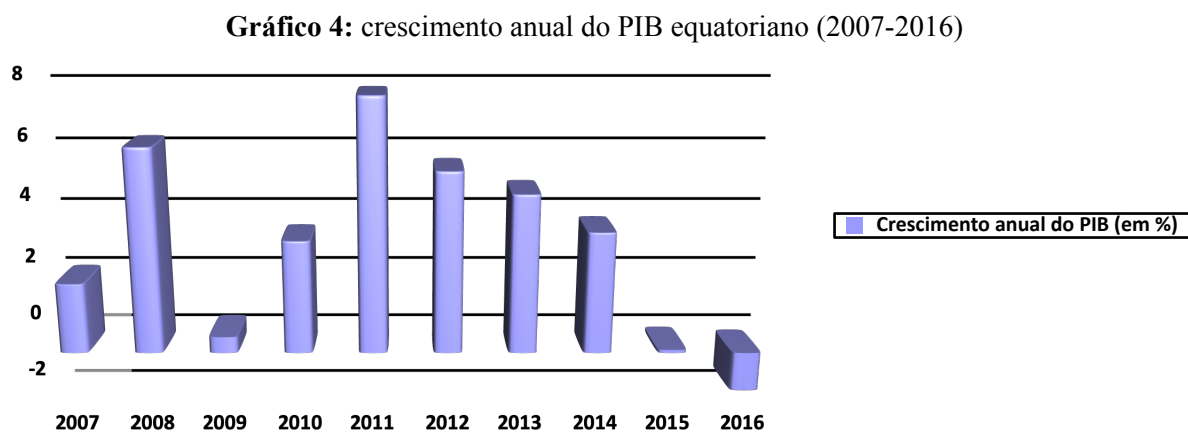
Gráfico 3: Investimento social por pessoa (em dólares)



Fonte: Ministério Coordenação de Desenvolvimento Social (MCDS), Sistema Integrado de Indicadores Sociais do Equador (SIISE) (VIANA, 2014)

Em dez anos de governo correísta, o capitalismo equatoriano se modernizou e se concentrou de maneira nunca antes notada no país (PERALTA, 2013). Instituições financeiras se proliferaram, as parcerias comerciais – antes concentradas em relações com os EUA, e em menor grau com o Peru e a Colômbia – diversificaram-se, e a população adquiriu maior participação política e eleitoral. Rafael Correa e sua equipe operaram diversas mudanças de cunho institucional e social, e o Equador viveu um período de inegável ascensão econômica. No entanto, frente a um contexto

internacional desfavorável, marcado pela reversão do anterior *boom das commodities*, Correa passou a enfrentar crescentes dificuldades ao final de seu período governante, assistindo à reversão dos índices de crescimento econômico da nação, que registrou, no último ano do governo correísta, em 2016, queda de 1,226% do PIB (GRÁFICO 4):



Fonte: Elaboração da autora, com base em Banco Mundial (2020)

Cabe ressaltar que o conjunto das nuances e ambivalências do cenário político interno do Equador também se refletiu em sua inserção internacional do período, na medida em que o projeto político-estratégico da orientação externa provinha dos mesmos atores políticos protagonistas na cena política nacional. É esse debate que exporemos a seguir.

2. As modificações na política externa e a diversificação de parcerias

Como anteriormente explicitado, a política externa equatoriana do século XX reservou centralidade ao padrão de relacionamento bilateral com os EUA (FLORES, 2019). Dessa forma, acordos políticos, econômicos e militares equatorianos foram mediados pelos estadunidenses, como nos casos daqueles concertados com seus vizinhos Peru e Colômbia (BARREIRO, 2002). A partir dos anos 2000, o Equador ganhou maior relevância para os interesses regionais estadunidenses frente aos desafios de implementação do Plano Colômbia, para o qual seria necessária a cooperação equatoriana, dada a proximidade do país ao cenário de operações (CECEÑA & AGUIAR, 2019).

Com a ascensão de Correa em 2007, a postura do país latino-americano perante a superpotência, entretanto, encarou importantes alterações, com um radicalismo retórico que denunciava assimetrias nas relações do Equador com as grandes potências, ensejando maior priorização dos laços com os demais países latino-americanos. O quinto e sexto princípio do *Plan Nacional de Política Exterior 2006-2020 (Planex)*, elaborado em 2006 pelo Ministério de Relações

Exteriores do Equador, deixa essas intenções explícitas: “5- Propõe a integração, de maneira especial a andina, sul-americana e latino-americana; e, 6.- Rechaça toda forma de colonialismo, de neocolonialismo, de discriminação ou segregação e reconhece o direito dos povos a sua autodeterminação e a libertar-se dos sistemas opressivos” (MENA, 2006, p. 21, tradução da autora).

Cabe lembrar que a década de 2000 foi marcada, na América Latina, pelo enfraquecimento da hegemonia das políticas neoliberais, baseadas no Consenso de Washington e nas agendas de organizações como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo em vista o relativo fracasso de suas implementações nas décadas anteriores (OLIVEIRA, 2013). Nessa esteira, ascenderam aos governos de seus países forças políticas progressistas, originariamente de esquerda e centro-esquerda, inicialmente com Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, seguido por Lula, no Brasil, Néstor Kirchner, na Argentina, Tabaré Vasquez, no Uruguai, e Evo Morales, na Bolívia.

O Plano de Governo do Movimento País 2007-2011 (Plano de governo do partido de Rafael Correa, Alianza PAIS, para concorrer às eleições de 2006), ao tratar da política externa, deixou claras suas indicações quanto ao perfil a ser adotado pelo país em parte da agenda vinculada aos EUA:

Estamos unindo esforços com vários grupos sociais, de forma a lutar contra os processos impulsionados pelos interesse mesquinhos das máfias corporativas em detrimento da maioria dos equatorianos, como o chamado Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, que é uma proposta que atenta contra a própria vida, já que enuncia o aprofundamento do modelo neoliberal e uma crescente submissão antiética do ser humano ao poder monopolista do capital e às empresas transnacionais, ameaçando, ainda, as possibilidades de uma integração regional entre os países do sul. (ALIANZA, 2006, p. 14, tradução da autora).

Ainda que apresentando importante inflexão com relação aos governos anteriores, essa postura encontrou respaldo em certas medidas já idealizadas pelas gestões de outros mandatários equatorianos, com destaque para a de Alfredo Palacio, na qual Correa teve importante participação:

A transformação (ou pelo menos questionamento) desta lógica de aprofundamento da política externa dependente e associada começa no governo de Alfredo Palacio, em que foi decidido não avançar na assinatura do Tratado de Livre-Comércio (TLC) com os EUA, na qual houve a participação (fundamental para a não assinatura) do então ministro das finanças, Rafael Correa. (VIANA, 2014, p. 89).

Já em 2008, o então presidente Correa assinou um decreto com intuito de investigar casos de espionagem dos EUA dentro do território equatoriano. Apesar de não resultar em condenações, o gesto representou um nítido sinal da mudança de postura perante os EUA. Em 2009 e 2011, o governo de Correa exigiu a saída de dois diplomatas e de uma embaixadora representantes dos EUA no país, acusando-os de intromissão na política interna equatoriana, e em 2012 não renovou o

tratado que permitia aos estadunidenses a utilização da base militar de Manta (FLORES, 2019). O tratado, assinado em 1999, cedia o território para que militares estadunidenses se estabelecessem com objetivo de combater o narcotráfico na região fronteiriça entre Equador e Colômbia. No mesmo ano, a diplomacia equatoriana ofereceu asilo ao fundador da organização transnacional *Wikileaks*, Julian Assange, na embaixada do país em Londres. À época, Assange era perseguido por autoridades estadunidenses e internacionais, acusado de vaziar documentos sigilosos acerca dos conflitos militares no Afeganistão e no Iraque, por exemplo.

Ademais, o perfil das parcerias internacionais firmadas pelo Equador a partir de 2007 foi diversificado, uma vez que o governo Correa, com o intuito de diminuir a vulnerabilidade externa e minimizar a concentração de suas alternativas, firmou uma série de acordos e dispositivos com países de diversas regiões (VIANA, 2013). Dentre os objetivos do PLANEX, a diretriz 4.4.2 foi assertiva em advogar “[...] diversificar o destino e composição das exportações equatorianas, assim como as fontes de inversão estrangeira direta, prestando atenção aos países da Bacia do Pacífico (em especial China, Japão e Índia)” (MENA, 2006, p. 37, tradução da autora).

De acordo com Viana (2014, p.103), “mais do que um plano concreto de afastamento e congelamento das relações exteriores com os EUA, presente na retórica presidencial, o período que se inicia com a gestão de Rafael Correa é marcado pela ascensão de parceiros de peso do Sul global”. E, segundo o PLANEX,

A integração econômica, social e cultural da América Latina e a conciliação de seus posicionamentos políticos a nível regional em temas de política internacional, são uma prioridade para a política exterior do Equador. De ali que se impulsionarão todos os processos e mecanismos estabelecidos com esse fim a nível sub-regional e regional (MENA, 2006, p. 55, tradução da autora).

A adesão do país, em 2008, a organizações como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA – TCP), que “foi impulsionada como alternativa à esquecida ALCA e ao neoliberal Consenso de Washington” (MALAMUD & GARCÍA-CALVO, 2009, p. 2) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), com sede na cidade de Quito, além da aproximação diplomática do governo equatoriano ao cubano, são exemplos das inflexões operadas por Correa na política regional do país, que passou a ocupar lugar central em suas formulações (MALAMUD & CALVO, 2009).

Quanto à ALBA, ela foi fundada em 14 de dezembro de 2004 em Havana, Cuba, quando os presidentes Hugo Chávez Frías, da Venezuela, e Fidel Castro Ruiz, de Cuba, assinaram a Declaração Conjunta. Posteriormente entraram novos membros: Bolívia em 2006, Nicarágua em

2007, Dominica em 2008, Equador, Antigua e Barbuda, e São Vicente e Granadinas em 2009” (VIANA, 2013, p. 136).

A ALBA-TCP [...] é, sem dúvida, um projeto original, diferente das fórmulas de integração regional conhecidas e preexistentes: fortemente dirigido desde o político, propõe-se como um mecanismo para planificar desde o público as relações econômicas e comerciais entre países, evitando ou reduzindo, no possível, a competência do mercado e fomentando a cooperação e as sinergias dos valores socialistas e da solidariedade (ULLÁN DE LA ROSA, 2012, p. 91, tradução da autora).

Já a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, dentre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados” (UNASUR, 2008)

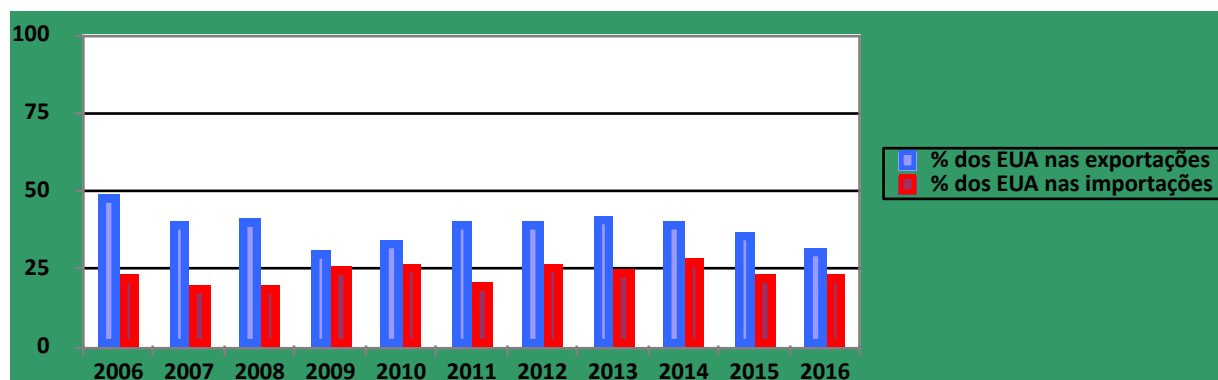
Rafael Correa também investiu nas relações com o Irã, ao viajar em 2008 para o país de forma a tratar de assuntos relacionados à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP); com a Rússia, ao enviar em 2009 o seu Ministro da Defesa para Moscou com objetivo de firmar um convênio de assistência militar (MALAMUD & CALVO, 2009); e com a China, ao negociar linhas de crédito e incentivar os investimentos dessas em setores de energia, infraestrutura e comércio exterior. Em 2016, as exportações com destino à China já representavam 656,4 milhões de dólares, enquanto os produtos originários do país asiático constituíam 15,5% do total das importações anuais equatorianas. Além disso, “Rafael Correa visitou a China em janeiro de 2015, convertendo-se no primeiro presidente do Equador em fazer isso em toda a história do país, demonstrando assim a importância que o governo Correa dava a Pequim, como sócio político e econômico” (SANZ & OSTAPIUK, 2018, p. 173, tradução da autora).

3. A preponderância das relações com os EUA

Apesar de todos os esforços políticos e diplomáticos encabeçados por Rafael Correa com o intuito de afastar o Equador dos EUA, o país continuou tendo nesse o seu maior parceiro comercial, bem como aliado de primeira ordem em uma série de questões relevantes. Os dados da balança comercial equatoriana no período são assertivos nesse sentido, demonstrando a manutenção da

preponderância estadunidense tanto nas exportações quanto nas importações do país (Gráfico 5). Ainda que, nesse mesmo período, a China tenha aumentado sua participação nas importações equatorianas, passando de 6,9% para 19%, atingiu apenas 3,9% enquanto destino das exportações do país em 2016 (SANZ & OSTAPIUK, 2018).

Gráfico 5: participação dos EUA nas exportações e importações equatorianas (2006-2016):



Fonte: Elaboração da autora, com base em *Observatory of Economic Complexity* (OEC, 2020)

Cabe ressaltar que até o ano de 2018 o Equador usufruiu do Sistema Geral de Preferências (SGP) estadunidense. Esse constitui “uma normativa de preferências comerciais dos Estados Unidos com outros países, que tem como finalidade o desenvolvimento das economias através de um tratado aduaneiro” (FLORES, 2019, p. 8, tradução da autora). Com a colaboração desse mecanismo, o país latino-americano obteve um “superávit acumulado de 861 milhões de dólares em sua balança comercial com os EUA em 2017” (FLORES, 2019, p. 33). Com relação ao petróleo, que ainda é o principal produto de exportação do Equador, algumas considerações merecem destaque:

Tendo em vista que o petróleo era o produto que ocupava, nesses anos, a maior porcentagem das exportações aos Estados Unidos; é necessário ter em vista que esse produto alcançava cifras acima de 50% de destino a esse país, mas que entre 2009 e 2010 se reduziu para 46% e 48%, respectivamente, o que se explica pelo fato de o ano de 2009 coincidir com as negociações de venda antecipada de petróleo para a China. Mas em 2011 a porcentagem de petróleo aos EUA disparou, chegando a 63% do total, o que demonstrou uma forte dependência deste país enquanto parceiro comercial (ENCALADA, 2013, p. 53, tradução da autora).

Durante os anos de magistrado, Rafael Correa defendeu o fim da dolarização de forma ferrenha. Segundo ele, a dolarização fazia parte de uma “política econômica absurda” (CORREA, 2004, p. 89). No entanto, essa questão foi totalmente secundarizada em sua campanha eleitoral, e, durante o exercício de seu governo, sequer tangenciada com maior proatividade. Com o intuito de manter alianças políticas e a amplitude do seu eleitorado, Correa deixou a desejar na concretização de

certas medidas que, na sua própria concepção, possibilitariam a “realização de uma completa soberania equatoriana” (VIANA, 2013, p. 347). Em 2009, quando da expulsão de diplomatas estadunidenses do país, Correa proferiu discurso público expressando que, apesar do acontecimento, seguia almejando “possuir relações fraternais com os EUA” e que entendia a política de Obama como “uma política de paz, de conciliação, de consensos e especialmente de respeito à autodeterminação e soberania dos povos do mundo” (EL CONFIDENCIAL, 2009, tradução da autora).

Cabe mencionar que, quando se tratando de aspectos culturais e cotidianos da sociedade, os equatorianos costumam indicar satisfação com a maciça “importação” de produtos culturais estadunidenses – como cinema e música –, bem como de turistas para o país andino. Inclusive, o Plano Integral de Marketing Turístico do Equador (PIMTE), lançado pelo governo em 2014, colocava o mercado estadunidense como seu segundo maior objetivo de alcance, apenas sobreposto pelo mercado colombiano (RONQUILLO, 2016).

Em pesquisa realizada pelo projeto “*Ecuador, las Américas y el Mundo*”, foi entrevistada, cara a cara, uma amostra representativa da população nacional consistente em 1574 casos distribuídos nas regiões de Serra, Costa e Oriente do Equador, entre setembro e outubro de 2010 (FLACSO ECUADOR, 2011). De acordo com esta pesquisa,

Os Estados Unidos não são apenas o país que gera a opinião mais favorável (69%) entre um lista de 11 países dos quais se solicitou uma avaliação da população, como também uma ampla maioria dos entrevistados disse considerar as relações com esse país como muito importantes (44,9%) ou importantes (37%) para o Equador, em contraste com a reduzida porcentagem da população entrevistada que apontou essa relação como pouco importante (12,3%) ou nada importante (3,3%). Nesse mesmo sentido, 82,3% da amostra opinaram que a relação entre Equador e Estados Unidos é muito boa (13%) ou boa (69,3%), e 52% consideraram que a relação está melhor hoje do que há 10 anos. Essa leitura positiva da relação se projeta no futuro, já que 47% dos equatorianos entrevistados estimaram que a relação bilateral será ainda melhor dentro de uma década. (ZEPEDA & EGAS, 2011, p. 113, tradução da autora).

Ademais, ao longo do governo Correa foram assinados 1.050 projetos de cooperação com os EUA, sendo 45% deles com foco em temáticas sociais, tornando o país aquele com maior número de instrumentos de cooperação junto da República do Equador, detentor de nada menos do que 28,76% dos projetos. No mesmo período, o segundo país que mais estabeleceu instrumentos de cooperação com o Equador foi a Espanha, com 22,88% do total de projetos (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA, 2020).

Por fim, no aspecto militar, apesar da questão de Manta, a cooperação entre Equador e EUA continuou relativamente estável. Segundo Quezada (2012), a partir de 2007 os estadunidenses

destinaram cerca de 4 milhões de dólares para as Forças Armadas do Equador, além de auxiliarem na construção e operacionalização de bases fluviais em zonas conflituosas e receberem militares equatorianos em seu território para proporcionar treinamento.

Os estrangeiros mantêm presença efetiva e ativa no país, devidamente documentada mediante acordos firmados no dia 25 de agosto de 2009, entre os dois governos, onde consta a legalização da presença da DEA – departamento antidrogas dos EUA –, o financiamento e capacitação das forças repressivas, as operações conjuntas, a criação de unidades investigativas, etc., mecanismos que o presidente Correa rechaçou veementemente em seus comunicados semanais, mas que têm sido aceitos sem contrapartida alguma em cartas assinadas pelas autoridades norte-americanas e pelo governo equatoriano (QUEZADA, 2012, p. 128, tradução da autora).

Os estadunidenses também concederam verbas ao Equador com o objetivo de potencializar o combate ao narcotráfico e ao crime organizado na região. Em 2009, por exemplo, mesmo após a não renovação do acordo acerca da Base Militar de Manta, o país concedeu 7 milhões de dólares para esse fim, além de assinar outros dois convênios relacionados ao combate de narcóticos (TERRA, 2009). Em se tratando da Polícia Nacional, cabe ressaltar que:

O pedido de suspensão de assistência estadunidense às Forças Armadas e à Polícia Nacional, com o passar do tempo, ficou apenas no plano formal, pois as relações de colaboração continuaram em execução, inclusive, através da colaboração em exercícios militares, como o realizado na operação “Panamax 2010”, realizadas em Agosto, sob a direção do Comando sul do exército dos EUA, em defesa do Canal do Panamá (VIANA, 2013, p. 95)

Conclusão

Os traços gerais da política interna dos governos de Rafael Correa suscitaram diversas análises e opiniões divergentes. O país, historicamente marcado pela desigualdade social e pela restrição dos canais de participação política se viu, entre 2007 a 2017, dirigido por uma liderança ativa que priorizava em sua agenda a retomada da capacidade operacional do Estado, de forma a superar os obstáculos do subdesenvolvimento e permitir avanços aos mais diversos segmentos do país. Nesse sentido, seu governo se diferenciou dos anteriores, também, “por adotar medidas e intervir de maneira concreta nos assuntos que competem à população, fazendo uma crítica aos que se aproveitam de uma posição política apenas para se relacionar publicamente” (CERBINO; MALUF & RAMOS, 2016, p. 69).

No mesmo sentido, sua política externa trouxe um novo *modus operandi* à inserção internacional equatoriana, ao privilegiar a soberania do país e ensejar a diversificação dos parceiros políticos e comerciais, prezando por um discurso anti-imperialista sem descuidar da estabilidade das relações com os EUA, ao tempo em que consolidou uma agenda mais sólida a ser efetivada no

médio prazo. Mas assim como na política interna, suscitou diversas ações polêmicas, com o pragmatismo geral de suas movimentações contrastando com episódios como a expulsão de diplomatas estadunidenses do país e o acolhimento de Assange na embaixada equatoriana em Londres, que trouxeram turbulência à estabilidade das relações bilaterais com seu sócio preferencial, os EUA. Ainda assim, percebe-se que as relações históricas e as vinculações econômicas com o país acabaram prevalecendo, frente à adaptação da vontade política correísta às necessidades pragmáticas do contexto em que se inseriu. Consequentemente, é fato que os EUA, durante todo o período correísta, continuaram ocupando o posto de maiores parceiros comerciais do Equador e de país mais bem-avaliado pela população local, além de detentores do maior número de projetos de cooperação com o país latino-americano. Sendo assim, é possível notar que as ações de distanciamento se encontraram mais na esfera político-ideológica, e essencialmente no plano retórico, do que nas bases materiais e no conteúdo estratégico das relações bilateral.

Com a saída da presidência e posterior exílio de Correa, e a ascensão de seu antigo aliado e vice-presidente, Lenín Moreno, ao poder, as relações com os EUA tendem a um maior alinhamento, tendo em vista o caráter assertivamente neoliberal da agenda do atual governo, bem como o revisionismo adotado pelo mesmo frente aos paradigmas anteriormente ensejados pelos correístas. Ainda assim, os esforços de Correa no âmbito político não foram em vão, uma vez que a diversificação de parcerias comerciais foi notável, sem a qual muito provavelmente o Equador teria sucumbido perante a crise de 2008, que teve nos EUA o seu epicentro (VIANA, 2013). Porém, de forma alguma as relações econômicas, políticas e sociais com os EUA foram colocadas em segundo plano ao longo de seu mandato, apesar de consideráveis inflexões em algumas de suas dimensões, sendo o entendimento disso crucial para a plena compreensão da estratégia de inserção internacional adotada pela política externa dos governos de Rafael Correa, de retórica inflamada, mas também de minucioso pragmatismo em suas principais movimentações.

Referências

ALADI. (2014) **Comercio Intrarregional del Ecuador: características y perspectivas**, publicado em [\[http://www2.aladi.org/nsfaladi/estudios.nsf/8C74C62481357FCE83257DA2003E3AC8/\\$FILE/208.PDF\]](http://www2.aladi.org/nsfaladi/estudios.nsf/8C74C62481357FCE83257DA2003E3AC8/$FILE/208.PDF). Disponibilidade: 23/04/2020.

_____. (2019) **O que é a ALADI**, publicado em [\[http://www.aladi.org/sitioaladi/?page_id=696&lang=pt\]](http://www.aladi.org/sitioaladi/?page_id=696&lang=pt). Disponibilidade: 23/04/2020.

ALIANZA, País. (2006) **Plan de Gobierno del Movimiento País 2007-2011**, publicado em [\[http://www.latinreporters.com/equateurRafaelCorreaPlandeGobiernoAlianzaPAIS.pdf\]](http://www.latinreporters.com/equateurRafaelCorreaPlandeGobiernoAlianzaPAIS.pdf). Disponibilidade: 23/04/2020.

- AREVALO LUNA, Guillermo Alexander. (2014) Ecuador: economía y política de la revolución ciudadana, evaluación preliminar. **Apuntes del Cenes** [online],33 (58):109-134..
- BANCO MUNDIAL. (2020) **Ecuador**, publicado em: [<https://www.bancomundial.org/es/country/ecuador>]. Disponibilidade: 16/10/2020
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (2010). **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: FUNAG.
- BARREIRO, Katalina. (2002) **Orfeo en el infierno. Una agenda de política exterior ecuatoriana**. Quito: Flacso, p 231 – 329.
- CECEÑA, ANA; AGUIAR, Lúcia. (2019) **Plano Colômbia**, publicado em [<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/plano-colombia>]. Disponibilidade 23/04/2020.
- CERBINO, Mauro; MALUF, Marcia; RAMOS, Isabel. (2016) **Los enlaces ciudadanos del presidente Rafael Correa**. Quito: FLACSO.
- CORREA, Rafael. (2004) Dolarización y desdolarización: más elementos para el debate. **Íconos**, (20): 84-89.
- CUEVA AGUSTÍN; PRADO, F. C. (2016) **O processo de dominação política no Equador**. Tradução . [s.l.] Insular.
- EQUADOR. (2008) **Constitución de la República del Ecuador**, publicado em [<https://www.gob.ec/regulaciones/constitucion-republica-ecuador-2008>]. Disponibilidade: 16/10/2020.
- _____ (2018) Deuda Pública Agregada / PIB. Quito: Ministerio de Economía y Finanzas.
- EL CONFIDENCIAL. (2009) **Correa afirma que el Gobierno anhela una relación fraternal con E E U U**, publicado em [https://www.elconfidencial.com/archivo/2009/03/05/85_Correa_afirma_gobierno_anhela_relacion_fraternal.html]. Disponibilidade: 23/04/2020.
- ENCALADA, María. (2013) **Análisis Comparativo del Impacto de la Aplicación de la Declaración de París versus en los Proyectos de Cooperación Estadounidense em el Ecuador, Antes y Después de ser Signatario**. Quito: Pontificia Universidad Católica del Ecuador.
- FERNANDES, Luis. (2017). **A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético**. São Paulo: Anita Garibaldi.
- FIGUEROA, J. A. (2019) **Equador**, publicado em [<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/equador>]. Disponibilidade: 23/04/2020.
- FLACSO ECUADOR. (2011). **Ecuador, las Américas y el mundo 2010: Opinión pública y política exterior**, publicado em [<https://www.flacso.edu.ec/portal/publicaciones/detalle/ecuador-las-americas-y-el-mundo-2010-opinion-publica-y-politica-exterior.4137>]. Disponibilidade: 25/05/2020.
- FLORES, María. (2019) **Estudio de las Relaciones Comerciales entre Ecuador- Estado Unidos de Norte América 2013-2017.; Del SGP al TLC?.** Quito: Universidad UTE.
- KLACHKO, P.; ARKONADA, K. (2017) **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade**. São Paulo: Expressão Popular.
- LALANDER, Rickard; PERALTA, Pablo Ospina. (2012) Movimiento indígena y revolución ciudadana en Ecuador. **Cuestiones Políticas**, 28 (48): 13 - 50.

- LAPEÑA SANZ, R.; CZUBALA OSTAPIUK, M. R. (2018) La política exterior dependiente: el caso de Ecuador. *Oasis*, (28): 171-191.
- LEMOS, Andrés Ortiz. (2014) Sociedad civil y Revolución Ciudadana en Ecuador. **Revista Mexicana de Sociología**, 76 (4): 583-612.
- MALAMUD, C.; GARCÍA-CALVO, C. (2009) La política exterior de Ecuador: entre los intereses presidenciales y la ideología. **Boletín Elcano**, Madrid. 113: p. 1-8.
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA. (2020) **Mapa Interactivo de Cooperación Internacional**, publicado em [<http://app.cancilleria.gob.ec/mapa/#>]. Disponibilidade: 27/04/2020.
- MENA, Francisco Carrión et al. (2006) **Planex 2020 Plan Nacional de Política Exterior 2006-2020**. Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores de la República del Ecuador.
- NOBILE, R. (2019) **CONAIE**, publicado em [<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/conaie>]. Disponibilidade: 23/04/2020.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. (2020) **Ecuador**, publicado em [<https://oec.world/en/profile/country/ecu>]. Disponibilidade: 16/10/2020.
- OLIVEIRA, R. P. (2013) Perspectivas Analíticas para a Política Externa em Países da América do Sul: Pensando Novos Aportes Teóricos a partir da Experiência Andina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, 1 (3): 110-122.
- PERALTA, Pablo Ospina. (2010) **Corporativismo, Estado y Revolución Ciudadana**. Quito: FLACSO Andes.
- _____. (2013) La revolución ciudadana en Ecuador (2007-2012). In LANDER, Edgardo; ARZE, Carlos; GÓMEZ, Javier; PERALTA, PABLO; ÁLVAREZ, Víctor. **Promesas en su laberinto: Cambios y continuidades en los gobiernos progresistas de América Latina**. La Paz: IEE/CEDLA/CIM,
- QUEZADA, Eduardo Ruilova. (2012) **Falsa Revolución**. Ecuador, Cuenca: Editorial Gallo Rojo.
- REPÚBLICA DEL ECUADOR. (2008). **Constitución de la República del Ecuador**. Asamblea Constituyente. Montecristi, Ecuador. Registro Oficial 20 de outubro de 2008.
- RONQUILLO, Shirley. (2016) **La Difusión De La Campaña “All You Need Is Ecuador” Y Su Impacto En El Turismo Receptivo**, publicado em [<http://editorial.ucsg.edu.ec/ojs-empresarial/index.php/empresarial-ucsg/article/view/53>]. Disponibilidade: 23/04/2020.
- SHIFTER, Michael; JOYCE, Daniel. (2008) **Bolivia, Ecuador y Venezuela, la refundación andina**, publicado em [<https://www.politicaexterior.com/articulos/politica-exterior/bolivia-ecuador-y-venezuela-la-refundacion-andina/>]. Disponibilidade: 23/04/2020.
- SIERRA, Natalia. (2018) El derrotero ideológico de la revolución ciudadana: una década desperdiciada. In CUVI, Juan (ed.). **El Gran Fraude**. Quito: Montecriste Vive, 15-23.
- SUBSECRETARÍA DE FINANCIAMIENTO PÚBLICO. (2018) **Coficiente Deuda / PIB 1990 - 2018 (septiembre)**, publicado em [https://www.finanzas.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/11/Boleti%CC%81n-de-Deuda-Pu%CC%81blica_corregido.pdf]. Disponibilidade: 27/04/2020.

TERRA. (2009) **Equador firma acordo com EUA para combate ao narcotráfico**, publicado em [<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/equador-firma-acordo-com-eua-para-combate-ao-narcotrafico,187bfa2aa9aea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>]. Disponibilidade: 27/04/2020.

ULLAN DE LA ROSA, Francisco Javier. (2012) La Alianza Bolivariana para las Américas-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de integración regional latinoamericana con una fuerte dimensión altermundista. **Estudios políticos (México)**, (25): 131-170. Publicado em [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16162012000100008&lng=es&nrm=iso]. Disponibilidade: 23/04/2020.

UNASUR. (2008) **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**, publicado em [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf]. Disponibilidade: 23/04/2020.

VIANA, Jefferson. (2013) Política Externa do Equador: O Modelo de Inserção Internacional do Governo Rafael Correa Delgado. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 2 (3): 345-366.

_____. (2014) **Política Externa Equatoriana: O Governo Rafael Correa e a Busca Por Autonomia**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina (Orientadora: Profa. Dra. Clarissa Franzoi Dri).

VILLAVICENCIO, Arturo. (2013) **Hacia dónde va el proyecto universitario de la revolución ciudadana?**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar.

VISENTINI, Paulo Fagundes. (2013) **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012**. Rio de Janeiro: Elsevier.

ZEPEDA, Beatriz; EGAS, Maria. (2011) La política exterior de la revolución ciudadana: opinión y actitudes públicas. **Revista Mexicana de Política Exterior**, (93): 95 - 134. Publicado em [<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n93/zepeda.pdf>]. Disponibilidade: 23/04/2020.